



## COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

### ACTA NÚMERO 4/XI/ 1.ª SL

Aos 02 dias do mês de Dezembro de 2009, pelas 16:30 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Europeus, na Sala 4 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apresentação sobre o processo de escrutínio dos assuntos europeus na X Legislatura;
2. Discussão sobre a metodologia de escrutínio dos assuntos europeus a adoptar, considerando a entrada em vigor do Tratado de Lisboa;
3. Apreciação do Plano de Actividades da CAE para a 1ª Sessão Legislativa da XI Legislatura;
4. Apreciação e votação da Acta n.º 3, referente à reunião do dia 25 de Novembro de 2009.

O Senhor Vice-Presidente da Comissão, Deputado Carlos Costa Neves (PSD), iniciou a reunião referindo a entrada em vigor do Tratado de Lisboa no dia anterior e passando, de seguida, a palavra ao apoio técnico da Comissão de Assuntos Europeus para uma apresentação sobre o acompanhamento dos assuntos europeus na X Legislatura.

Após a apresentação, pediu a palavra a Senhora Deputada Ana Catarina Mendes (PS) que começou por congratular os serviços pela apresentação. De seguida, referiu que apesar da Assembleia da República se encontrar no primeiro lugar do ranking, seria importante aprofundar o escrutínio parlamentar, nomeadamente, assegurando a análise substantiva das iniciativas europeias, aliás no seguimento das conclusões sugeridas na apresentação. Finalmente, reforçou a ideia da necessidade de alteração da Lei n.º 43/2006, de 25 de Agosto, e salientou que o Grupo Parlamentar do PS acolhe com bom grado essa alteração.

O Senhor Deputado Honório Novo (PCP) começou por agradecer o trabalho dos serviços e realçar a qualidade da apresentação. Relativamente à apresentação, destacou o novo portal das iniciativas europeias e a sua importância. No entanto,

referiu não ter ficado nada impressionado com o lugar da Assembleia da República no ranking da participação dos Parlamentos Nacionais, até porque esse lugar não reflecte influência real no processo. Acrescentou ainda que o PCP está disponível para adequar o modelo de escrutínio parlamentar à realidade da Assembleia da República, bem como aos novos circunstancialismos que advém do Tratado de Lisboa. Aliás, no seu entender, dever-se-ia dar menos ênfase a referências estatísticas e mais ênfase à substância dos pareceres, o que poderia ser conseguido com a definição de prioridades pela Assembleia da República dos assuntos a escrutinar, sobretudo tendo em atenção os interesses de Portugal. Realçou ainda que trabalhar com prioridades irá qualificar e dignificar o trabalho desta Comissão. Por último, admitiu poder vir a ser necessário alterar a Lei n.º 43/2006, mas referiu que esta legislação não tem sido cumprida na sua extensão, nomeadamente, no que concerne à realização de reuniões com os Ministros antes dos conselhos sectoriais ou em matérias europeias específicas.

O Senhor Deputado Luís Rodrigues (PSD) começou por elogiar a apresentação do apoio técnico da Comissão de Assuntos Europeus e salientar a importância do debate sobre como transformar a quantidade de pareceres em pareceres qualitativos e eficazes politicamente, o que poderia conduzir a uma influência real no processo legislativo europeu. Aproveitou ainda para sugerir o acompanhamento por esta Comissão da iniciativa "2010-Ano Europeu da Luta contra a Pobreza e a Exclusão Social" e, eventual, realização de iniciativa a esse propósito.

O Senhor Deputado João Serpa Oliva (CDS-PP) começou por referir que o CDS-PP congratula-se com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa. De seguida agradeceu aos serviços a apresentação efectuada, bem como a qualidade da mesma. No seguimento da apresentação e das intervenções efectuadas, solicitou esclarecimentos sobre se os Parlamentos Nacionais podem de facto influenciar o processo legislativo europeu e, se tal ocorre, em que termos.

A Senhora Deputada Catarina Martins (BE) começou por explicitar que o BE não se congratula com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, mas que considera importante trabalhar no sentido de melhorar o acompanhamento por parte da Assembleia da República dos assuntos europeus. Acrescentou que partilha das dúvidas do PCP sobre a possibilidade dos Parlamentos Nacionais influenciarem o processo legislativo ou mesmo decisório da UE. Fez ainda uma breve referência à sugestão do Grupo Parlamentar do PSD sobre o "Ano Europeu da Luta contra a Pobreza e a Exclusão Social", referindo que o combate se trava transversalmente ao nível das repercussões das diversas políticas, mas na medida em que o "Ano

Europeu” colaborar para tornar mais visível este problema, o BE vêm com bons olhos a realização de uma iniciativa nesse âmbito.

O Senhor Deputado Alberto Costa (PS) solicitou a palavra para fazer um breve esclarecimento sobre o surgimento do mecanismo relacionado com a verificação do princípio da subsidiariedade. De facto recordou, que este mecanismo foi construído na Convenção para o Futuro da Europa, tendo sido apresentada uma proposta para que o escrutínio dos Parlamentos Nacionais incidisse sobre a subsidiariedade, mas também sobre a substância da iniciativa – no entanto, essa proposta foi recusada. Apesar disso, clarificou que a Assembleia da República tem duas formas de intervenção, por um lado, pelo escrutínio da subsidiariedade – que, no seu entender, não deve ser a componente central – e, por outro lado, através da combinação de uma análise substantiva com a fiscalização da actividade do Governo. A este propósito, referiu que, na qualidade de Ministro da Justiça, sentiu por diversas vezes falta de *feedback* parlamentar em matérias europeias. Finalmente, concluiu referindo que as novidades que constam do Tratado de Lisboa, relativamente às relações com os Parlamentos Nacionais, foram gizadas na Convenção para o Futuro da Europa.

O Senhor Deputado José Ribeiro (PS) pediu a palavra para referir que o Relatório Anual da Comissão Europeia sobre a Relação com os Parlamentos Nacionais refere que a Assembleia da República analisa sistematicamente a questão da subsidiariedade, juntamente com os parlamentos holandês e o Senado francês, mas as restantes câmaras focam sobretudo a componente política e suscitou a questão do alargamento do escopo do escrutínio.

O Senhor Vice-Presidente da Comissão, Deputado Carlos Costa Neves (PSD), aproveitou para notar que importava debater a metodologia de escrutínio parlamentar a adoptar, pese embora, nenhuma deliberação fosse tomada nesse dia.

O Senhor Deputado Honório Novo (PCP) solicitou a palavra para solicitar que os serviços de apoio à Comissão distribuam o artigo de Isabel Arriaga e Cunha, que foi publicado no fim-de-semana anterior à reunião no Jornal Público.

O Senhor Deputado Alberto Costa (PS) referiu que a Europa deu um passo muito importante e resolveu uma crise que já se prolongava há tempo demasiado. Prosseguiu afirmando que o Tratado de Lisboa resolveu diversas questões essenciais para o funcionamento da UE, mas sobretudo deu dois passos fundamentais: por um lado, no sentido da afirmação internacional da UE enquanto

actor da diplomacia global e, por outro lado, no sentido de aprofundamento da democracia no plano interno. Antes de concluir, não quis deixar de partilhar o seu sentimento de gratificação por se terem atingido estes resultados e porque eles são fruto de um trabalho, no qual a Assembleia da República esteve envolvida.

O Senhor Vice-Presidente para terminar o debate referiu que os desafios que se colocam à Assembleia da República são partilhados não só por esta Comissão, mas também pelo Presidente da Assembleia da República. Referiu que, muito provavelmente, será necessário proceder a alterações à Lei n.º 43/2006, de 25 de Agosto e, conseqüentemente, ao Regulamento desta Comissão. Por último, referiu que este não é um debate conclusivo, apenas uma troca de ideias inicial que servirá de base a uma decisão futura. Dando por concluído este ponto da Ordem do dia passou ao ponto seguinte, onde solicitou que os Grupos Parlamentares fizessem chegar aos serviços sugestões para incluir no Plano de Actividades, que também não seria aprovado na presente reunião.

O Senhor Deputado Luís Rodrigues (PSD) sugeriu que seja reagendado para uma próxima reunião a aprovação do plano de actividades, dando assim tempo para a análise cuidada da proposta, bem como a possibilidade de apresentação de contributos.

A Senhora Deputada Ana Catarina Mendes (PS) acolheu as opiniões expressas e concordou que fosse adiada a votação para uma próxima reunião.

O Senhor Deputado João Serpa Oliva (CDS-PP) concordou com o adiamento da deliberação, mas referiu que considera muito importante a iniciativa do Clube dos Empresários de Coimbra e solicitou esclarecimentos de como se processa a participação da Comissão nestas iniciativas.

O Senhor Vice-Presidente referiu que a delegação é, normalmente, composta por um deputado membro da Comissão, representando cada um dos Grupos Parlamentares com assento na Comissão. Aproveitou ainda para informar que a iniciativa decorrerá em princípio no próximo dia 18 de Janeiro.

No ponto quatro da Ordem do Dia, a Senhora Deputada Catarina Martins (BE) pediu a palavra para dizer que não se encontrava em condições de votar a acta.

O Senhor Deputado Luís Rodrigues (PSD) referiu que poderia votar a acta, mas que se iria abster, dado que não esteve presente na última reunião.

O Senhor Deputado Pedro Brandão Rodrigues (CDS-PP) referiu que será um mau precedente adiar a votação da acta, até porque a mesma diz respeito a uma reunião gravada em suporte áudio e vídeo e por isso mesmo contém apenas um sumário do que ocorreu na reunião. Concluiu referindo que o CDS-PP se encontrava em condições de votar.

A Senhora Deputada Ana Catarina Mendes (PS) referiu que o Grupo Parlamentar do PS propõe que seja adiada a votação para a próxima reunião.

O Senhor Vice-Presidente rematou a questão, adiando para a próxima reunião a votação da Acta n.º 3. Antes de terminar a reunião, informou a Comissão que a próxima reunião seria na próxima 4ª feira, dia 9 de Dezembro, muito provavelmente, da parte da tarde.

A reunião foi encerrada às 18:10 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 09 Dezembro 2009.

**O VICE-PRESIDENTE**

**(CARLOS COSTA NEVES)**

## **Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Costa  
Ana Catarina Mendonça Mendes  
Carlos Costa Neves  
Carlos Páscoa Gonçalves  
Honório Novo  
João Serpa Oliva  
José de Bianchi  
José Ribeiro  
Luís Rodrigues  
Manuel Seabra  
Miguel Vale Almeida  
Paulo Pisco  
Pedro Brandão Rodrigues  
Pedro Duarte  
Vânia Jesus  
Catarina Martins

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Sérgio Sousa Pinto  
Vitalino Canas

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Arménio Santos  
Cecília Honório  
José Ferreira Gomes  
Luísa Roseira